



CÂMARA MUNICIPAL DE **SARANDI-PR**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2026

Dispõe sobre a aceitação do “Veto parcial nº 1/2026” ao Projeto de Lei nº 3.576/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, o qual “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Sarandi para o exercício de 2026.”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, decreta:

Art. 1º Fica, por força deste Decreto Legislativo, em conformidade com o que dispõe o § 2º do art. 73, do Regimento Interno desta Casa de Leis, aceito o veto parcial nº 1/2026, ao Projeto de Lei nº 3.576/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, o qual “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Sarandi para o exercício de 2026.”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 dias do mês de março de 2026.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

Assinado por:
CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI
Belmiro da Silva Farias

 24/03/2026 17:10:56

BELMIRO DA SILVA FARIAS

Presidente da CLJRF

[Assinado digitalmente]

Assinado por:
CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI
Fábio de Souza Silveira

 24/03/2026 17:17:21

FÁBIO DE SOUZA SILVEIRA

Vice-Presidente da CLJRF

[Assinado digitalmente]

Assinado por:
CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI
Gilberto Messias de Pinas

 24/03/2026 17:19:35

GILBERTO MESSIAS DE PINAS

Membro da CLJRF

[Assinado digitalmente]





CÂMARA MUNICIPAL DE **SARANDI-PR**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2026

JUSTIFICATIVA

I – DO MÉRITO

Conforme apresentado pelo Poder Executivo, o veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.576/2025 incide sobre dispositivo oriundo de emenda ao projeto orçamentário, especificamente sobre o texto integral do art. 8º da Lei nº 3.108/2025, nos termos do § 2º do art. 40 da Lei Orgânica Municipal.

A manutenção do dispositivo vetado não se justifica, tendo em vista que a Administração Pública já dispõe de instrumentos equivalentes desde o ano de 2023, conforme demonstram o Pregão nº 087/2023 e do Contrato nº 515/2023, o que torna a medida inócua e desprovida de efetivo interesse público.

Ademais, o conteúdo normativo em questão pode acarretar dificuldades na execução da Lei Orçamentária, ao implicar o direcionamento ou a alteração de dotações orçamentárias sem a necessária compatibilidade entre as fontes de recursos e suas finalidades, comprometendo a regularidade da execução financeira e a conformidade contábil.

Ressalta-se, ainda, que eventuais alterações em dotações orçamentárias, especialmente aquelas vinculadas a finalidades específicas, devem observar rigorosamente as finalidades legais específicas e as normas aplicáveis, a fim de evitar a destinação indevida de recursos públicos.

Cumprir informar que, o Ofício nº 2.472/2025 do Gabinete do Prefeito, o qual encaminhou o veto, foi devidamente lido em Sessão Plenária a todos os vereadores realizada em 2 de fevereiro de 2026, na 1ª Sessão Ordinária, e encontra-se disponibilizado no SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo na íntegra para análise dos mesmos e publicidade.

Diante desse cenário, conclui-se que a aceitação do veto parcial mostra-se medida juridicamente adequada e administrativamente prudente, por resguardar a boa gestão dos recursos públicos, evitar a duplicidade de despesas e assegurar a regular execução orçamentária.

II – DA LEGALIDADE

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de competência da Câmara Municipal conforme alínea “d” do inciso I do art. 42 do Regimento Interno¹ assim dispõe:

“Art. 42 São atribuições do Plenário, entre outras:

VI – deliberar sobre:

d) os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;” grifo

¹ https://sapl.sarandi.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/5199/resolucao_no_002-2022_para_o_site.pdf





CÂMARA MUNICIPAL DE **SARANDI-PR**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2026

Também, conforme o § 4º do art. 40 da Lei Orgânica² assim dispõe:

“Art. 40.

“§ 4º A apreciação do veto pelo plenário da Câmara será, dentro de trinta (30) dias a contar do seu recebimento, numa só discussão e votação, acompanhado de parecer, considerando-se rejeitado pelo voto na maioria absoluta dos Vereadores.”.

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, conforme o § 1º do art. 73 do Regimento Interno assim dispõe:

“Art. 73 A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:

§ 1º Quando se tratar de veto, somente se pronunciará a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no § 2º do art. 77.”.

² <https://cms.pr.gov.br/lei-organica-municipal/>

